



# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 216 / MARÇO-ABRIL 2023 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



## DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **STML reúne com os trabalhadores da Brigada de Colectores**
- 6 **Limpeza e Higiene Urbana**
- 10 **Reunião com Vice-Presidente da CML sobre a Jornada Mundial da Juventude**
- 14 **Pelas Juntas de Freguesia**
- 18 **O patamar da luta elevou-se bem alto a 17 e 18 de Março!**
- 19 **Um ano de governo PS: a maioria absoluta do nosso descontentamento**
- 20 **Comemoramos o 49º Aniversário da Revolução de Abril!**



## o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 216 / MARÇO-ABRIL 2023

[WWW.STML.PT](http://WWW.STML.PT)

**Director** Vítor Reis

**Corpo Redactorial** Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

**Propriedade**

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

**Administração e Redacção**

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/35

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Preço de capa** 0,01€

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

### PROTOCOLOS STML

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

#### BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

#### TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

#### OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

### Editorial

A luta cresce de norte a sul do país perante um Governo que se comporta miseravelmente face à degradação das condições de vida de quem trabalha. As manifestações convocadas pela CGTP-IN para 9 de Fevereiro e 18 de Março, além da greve nacional dos trabalhadores da administração pública de 17 de Março, demonstram o crescente descontentamento no seio dos trabalhadores.

Naturalmente, o destaque pela enorme participação, força e determinação observadas, vai para a manifestação nacional de 18 de Março, onde convergiram os trabalhadores de todos os sectores de actividade, público e privado, numa jornada de luta que trouxe a Lisboa milhares e milhares de homens, mulheres e jovens exigindo respostas aos seus problemas, principalmente no plano dos salários e pensões. A valorização generalizada dos rendimentos do trabalho é uma emergência nacional como se lembrou neste dia.

A luta não irá parar até o Governo de António Costa responder positivamente às reivindicações dos trabalhadores e pensionistas, seja no plano dos salários e pensões, seja no campo da reposição ou revogação de um conjunto de direitos e matérias. No caso do sector público, muitas são as reivindicações que até agora ficaram sem resposta e, com isso, hipotecando não só a vida dos funcionários públicos, mas também a qualidade e a sustentabilidade futura dos serviços públicos.

Na realidade concreta do município de Lisboa, o STML tem-se desdobrado em reuniões com os responsáveis políticos e hierárquicos da CML, debatendo e procurando respostas aos problemas sentidos pelos trabalhadores. Com as direcções municipais dos espaços verdes e cemitérios, da limpeza urbana, da manutenção e conservação do edificado municipal, dos recursos humanos, ou do Comando do RSB, muitos são os problemas que urge solucionar. Em última análise, caberá sempre ao poder político na autarquia, prover as respostas e o enquadramento necessário para que tal suceda. Outro caminho que não este, conduzirá o Sindicato a avaliar com os trabalhadores os caminhos reivindicativos e de luta que melhor servem a defesa dos seus direitos.

Nas empresas municipais, o STML mantém o foco nos processos negociais de aumentos salariais para este ano, como na EGEAC e, num plano distinto, na GEBALIS, além das negociações visando a celebração de um Acordo de Empresa, nos casos do MARL e da SRU. A ritmos e com dinâmicas próprias, o caminho faz-se caminhando, sabendo que nestes processos, a força dos respectivos trabalhadores é essencial à obtenção das respostas que pretendemos.

Nas juntas de freguesia, o Sindicato continua a alargar a reivindicação em torno do pagamento dos suplementos de carácter permanente no período de férias (nocturno e insalubridade e penosidade). Nas últimas reuniões realizadas com Benfica, Alvalade, Campo de Ourique e Arroios, esta matéria já foi debatida, sendo já uma realidade em Santa Maria Maior, Marvila, Carnide e Avenidas Novas. Ainda em Benfica, São Domingos de Benfica, Olivais, Parque das Nações, Ajuda, Alcântara, se observam os processos negociais mais avançados em torno da celebração de um novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), garantia de mais e melhores direitos para os trabalhadores, como os 3 dias de férias via avaliação de desempenho.

O papel do Sindicato, assente nos três pilares muitas vezes repetidos: **REPRESENTAR** os interesses dos trabalhadores, **DEFENDER** os seus direitos e expectativas e **ORGANIZAR** os trabalhadores colectivamente em torno das suas reivindicações comuns, só é possível assumir plenamente na base de uma relação de responsabilização e confiança mútuas.

# STML reúne com os trabalhadores da Brigada de Colectores



Em inícios de Março, os trabalhadores da Brigada de Colectores, sob alçada do Departamento de Saneamento, foram confrontados pelo seu Director sobre a possibilidade de serem alterados os seus horários de trabalho, mudando para horários de trabalho por turnos. Neste momento, a Brigada de Colectores funciona de segunda a sexta-feira, com dois horários de trabalho, nomeadamente das 8h00 às 16h00 e das 16h00 às 24h00. Neste último horário, a equipa operacional é naturalmente mais reduzida.

Perante esta possibilidade, desde logo transmitida ao STML pelos trabalhadores, abordou-se o responsável hierárquico e lembrou-lhe os trâmites que a lei obriga em termos de alterações aos horários de trabalho. Em suma:

- A CML deve comunicar formalmente ao Sindicato a sua proposta de alteração aos horários de trabalho;
- O Sindicato tem 10 dias para ouvir os trabalhadores e pronunciar-se formalmente sobre a eventual proposta.


Nos processos de alterações aos horários de trabalho, que são do interesse e iniciativa da própria autarquia, tem sido uma evidência o respeito pelos responsáveis municipais da legislação em vigor. Neste sentido, em todos os processos onde o STML participou, no que concerne à negociação que lhe está implícita, respeitaram-se sempre os trâmites legais. Não vislumbramos assim qualquer razão que nos leve a crer que na Brigada de Colectores não serão igualmente respeitados os trâmites que a lei determina. Aliás, uma ilação já assumida com o STML pelo responsável hierárquico do Departamento de Saneamento.

Infelizmente, o oposto não se verifica! Quando é o Sindicato a propor à CML alterações aos horários de trabalho, como nos casos da Rede de Bibliotecas (à espera desde Maio de 2022) ou dos técnicos da SALCOM do Serviço Municipal de Protecção Civil

(à espera desde Novembro de 2022), a resposta da autarquia, da Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) em particular associada à DMC e SMPC respectivamente, arrasta-se incompreensivelmente no tempo, protelando deliberadamente (?) o início de qualquer processo negocial.

Regressando à realidade da Brigada de Colectores, no momento em que escrevemos este artigo, o STML ainda não tinha qualquer proposta da CML. Contudo, o Sindicato não deixou de reunir com os trabalhadores a 14 de Março, ouvindo as suas dúvidas e insatisfações, esclarecendo todas as questões possíveis nesta fase do processo. Uma certeza parece ser consensual, isto é, os trabalhadores recusam unanimemente os horários de trabalho por turnos. Porém, sem antecipar eventuais decisões, Sindicato e trabalhadores irão aguardar serenamente a proposta da CML, debatendo-a e avaliando no concreto os seus aspetos, negativos e/ou positivos, também os melhores caminhos à defesa dos direitos e expectativas de quem corporiza este importante serviço público municipal.

O que o STML sublinha e relembra uma vez mais é a necessidade urgente de investimento público nesta área de actividade, hoje composta por pouco mais de 20 trabalhadores, quando seriam necessários muitos mais. Investimento público na aquisição de meios mecânicos e ferramentas que permitam elevar a qualidade do serviço público prestado à cidade e à população de Lisboa. Mais investimento na melhoria das condições de trabalho, alargando e dignificando os actuais espaços do balneário-vestiário, copa/refeitório, zonas de lazer e de armazenamento de ferramentaria. Mais investimento público que, em síntese dignifiquem os trabalhadores e garantam serviços públicos eficazes e de qualidade, enquanto realidades indissociáveis.



# O pagamento às Ordens, o teletrabalho e o estado da Cultura na CML

**Dois temas têm sido reportados ao STML pelos trabalhadores, quanto à ausência de respostas por parte da CML/DMRH. O problema mais antigo, já com alguns anos, refere-se ao pagamento por parte da autarquia aos trabalhadores dos montantes que estes têm que dispender com as quotas às Ordens Profissionais para poderem exercer as suas funções (engenheiros, arquitetos, enfermeiros, veterinários, psicólogos, entre outros). O segundo, bem mais recente, é aquele que se prende com o teletrabalho, que decorre da aplicação do Regulamento aprovado pelo município em 2022, em que se faculta aos trabalhadores a possibilidade de poderem exercer a sua actividade em trabalho misto, isto é, dias de trabalho presencial, alternando com teletrabalho.**

A primeira questão remete-nos de forma sucinta, para a necessidade de trabalhadores técnicos superiores no desempenho de determinadas responsabilidades, terem que estar inscritos nas Ordens Profissionais e pagarem anualmente as quotas devidas para poderem exercer essas actividades para a CML. É o que acontece com os advogados que representam o município em tribunal. Acontece, porém, existirem há muito outros trabalhadores de profissões diversas e com responsabilidades equiparáveis que, com toda a razão, reclamam igual pagamento, sem que até à data a autarquia dê definitivamente o seu aval, apesar de mostrar disponibilidade nesse sentido. Como diz o nosso povo, “de boas intenções está o inferno cheio”.

Trata-se de um processo discriminatório que o STML repudia logicamente, que prejudica gravemente os trabalhadores que se encontram nesta situação, tanto mais que é reconhecido pelos próprios Recursos Humanos a justeza desta pretensão. Infelizmente, e mais uma vez, o processo emperra, não se sabe muito bem onde... (?).

O segundo caso, o teletrabalho num enquadramento de trabalho misto, é ainda mais caricato, uma vez que os trabalhadores em meados de 2022 o solicitaram junto dos Recursos Humanos através de formulário próprio para o efeito. Até hoje, esse pedido na sua grande maioria, não foi sequer respondido. Relembre-se que estamos perante casos em que durante a pandemia, esses trabalhadores asseguraram satisfatoriamente as suas tarefas por essa via. O que estará então a dificultar o processo? Na maior

autarquia do país, parece que se vive “ao sabor do vento ou da conveniência”, variando a atribuição do trabalho misto, de quem detém o pelouro que tutela a unidade orgânica em causa.

No meio disto tudo, surgem as contradições difíceis de perceber e muito menos aceitar. O STML não entende as reservas e a falta de respostas a que aos trabalhadores devem ter por direito, quando no projecto de Despacho do Executivo por causa da Jornada Mundial da Juventude, o mesmo estabelece que “*Os dirigentes poderão autorizar o regime de teletrabalho aos trabalhadores que não integrem as equipas operacionais de apoio ao evento e cujas funções o permitam, por forma a racionalizar a circulação na Cidade de Lisboa*”. Admite-se assim, se mais não existisse, a vantagem de racionalização que, como sabemos, não se esgota no período em apreço e, sobretudo, ter em consideração que a vontade dos trabalhadores é não ficarem ao livre arbítrio e discricionariedade de uma qualquer ocasião ou vontade pessoal deste ou daquele dirigente.

Os trabalhadores têm, no mínimo, o direito a respostas. Coerentes, fundamentadas e céleres.

## **A cultura da pouca informação...**

“Um autêntico alvoroço”, poderá ser a expressão que melhor define o ambiente actual no Pelouro da Cultura, marcado por mudanças “de caras” e estratégias, um pouco por toda a sua estrutura hierárquica.

De facto, começando pelo topo, Carlos Moura-Carvalho, homem de confiança de Carlos Moedas para a gestão cultural da cidade, acabou por renunciar ao cargo da Direcção Municipal da Cultura (DMC) em Janeiro deste ano. A substituição ocorre dentro do próprio pelouro, sendo nomeada Laurentina Pereira, até então chefe de Divisão da Acção Cultural. Embora a nova Direcção faça uma aposta na continuidade, verificam-se alterações ao nível de chefias e algumas coordenações técnicas.

Podendo-se tratar de um novo rumo (ou não) da nova Direcção, verdade seja dita que inúmeras são as *conversas de corredor* que surgem em volta da palavra ‘mudança’, e que encontram legitimação numa nova tendência dentro da DMC, para dar preferência a um só canal de comunicação para as suas novidades, nomeadamente o da comunicação social. De facto, têm sido uma constante que informação com relevância para a cultura da cidade surja em contexto de eventos sociais e entrevistas, esquecen-



## Trabalhadores do edifício municipal da Rua Alexandre Herculano exigem condições de trabalho dignas!

A 8 de Fevereiro, uma delegação de trabalhadores do edifício municipal da Rua Alexandre Herculano concentrou-se na Praça do Município e entregou um abaixo-assinado aos responsáveis do município. No essencial, pretendeu-se com esta iniciativa, alertar para as más condições de trabalho com que se confrontam, nomeadamente na falta de insonorização e isolamento térmico.

Poderia depreender-se que os problemas sentidos neste local de trabalho são meramente pontuais. Contudo, a realidade demonstra-nos que no universo da CML em termos das condições do seu edificado, estamos perante problemas que são mais comuns do que o desejável. Arrastados pela inépcia, pelas más opções, ou tão simplesmente pelo vento do momento, os problemas vão-se avolumando por culpa dos dirigentes políticos e hierárquicos, sem que os trabalhadores vejam soluções que pugnem no mínimo pela sua dignidade e respeito pela sua saúde.

A luta dos trabalhadores do edifício da Rua Alexandre Herculano, por um local de trabalho mais seguro, menos stressante e mais saudável, deve servir de exemplo a todos aqueles que diariamente em vários locais da CML, das Juntas de Freguesia e das Empresas Municipais, se vêem confrontados com situações análogas, em muitos casos, ainda mais gravosas.

Os direitos que cada um de nós tem, em relação à sua saúde, bem-estar físico e emocional, são inalienáveis e responsabilizam o empregador nos termos da lei pelas consequências que daí resultam.

O STML continuará a exigir à CML respostas céleres aos problemas sentidos pelos trabalhadores, independentemente do local de trabalho a que estejam adstritos. Os trabalhadores, por seu lado, devem combater a passividade e envolverem-se na resolução dos problemas que directamente lhes dizem respeito. Só com a organização e a força de todos, conseguimos avançar!

do que aqueles que vão dar corpo a estas novidades, os trabalhadores, se encontrem remetidos para a sombra da ignorância.

Por outro lado, surgem elementos que apontam uma nova hipótese de localização para o novo edifício do **Arquivo Municipal de Lisboa** (AML). Ainda nas palavras de Carlos Moura-Carvalho enquanto director da DMC, o Convento de Chelas é hoje mais do que descartado, sendo substituído este projecto por um novo com duas frentes de suposição, nomeadamente nos terrenos baldios da Rua das Murtas (tornejada pela Avenida do Brasil), ou num dos descampados existentes na Alta de Lisboa. Quis a Verreacção que supostamente vencesse a primeira, sabendo-se desta decisão pelas conversas de corredor, sem existir formalmente uma comunicação a todos os trabalhadores e muito menos ao Sindicato.

Na **Rede de Bibliotecas** continua o silêncio em volta da iniciativa concertada entre o STML e os trabalhadores, de promover uma frente de negociação que visa a normalização dos constrangedores e díspares horários de trabalho implementados na rede que penalizam não só monetariamente como ao nível da conciliação da vida familiar muitos dos seus trabalhadores. Continua-se a aguardar resposta quer da DMC, quer da DMRH, há quase um ano. Face a inexistência de linhas de comunicação, o Sindicato irá reforçar em breve junto dos trabalhadores, a necessidade de adopção de outras formas de acção concertada.

Novidades surgem do **Gabinete dos Estudos Olissiponenses (GEO)**, de que o seu espólio se encontra em vésperas de sair do Palácio Beau Séjour de forma temporária, dizem. Toda a documentação está a ser devidamente preparada para ser transportada para um outro equipamento cultural com vista à realização de obras de intervenção estrutural no Palácio que dá casa a este valoroso serviço cultural. No entanto, surgem algumas questões sobre esta decisão, concretamente se esta mudança afectará as suas áreas técnicas, onde serão colocados os trabalhadores durante este período e onde funcionarão os serviços do GEO disponíveis ao público?

Muitas são as realidades que interessa descortinar e daí se justificar a reunião entretanto solicitada pelo STML à Vereadora da Cultura.

# Limpeza e Higiene Urbana



## **STML contacta os trabalhadores da Limpeza e Higiene Urbana da CML**

Em Maio de 2022, o STML entregou ao Presidente da CML o *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores da higiene urbana. Dos problemas elencados, apenas foram positivamente resolvidas as reivindicações em torno da actualização do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP), com os retroactivos a Janeiro de 2021, além de abranger os 12 meses do ano (incluindo, portanto, o período de férias), e a abertura dos refeitórios no período nocturno, neste segundo ponto, limitado aos refeitórios dos Olivais, Boavista e Cruz das Oliveiras.

Passado quase um ano, muitos são os problemas ainda por resolver, nomeadamente em torno das condições de trabalho, destacando as eternas avarias nas caldeiras, humidades, ausência de climatização em balneários/vestiários, limpeza e higienização deficitárias das zonas comuns, espaços exíguos para trabalhadores e ferramentas, inexistência de locais apropriados para secagem de fardamentos e EPIs, mas também de equipamentos adequados, como secadores. Continua a verificar-se a prática que favorece uma cultura inadmissível de castigos informais (proibição na realização de trabalho suplementar, ameaças de vária ordem, como retirar o SIP, entre outros). Mantêm-se os circuitos sem os devidos ajustes e correcções, verificando-se circuitos demasiado morosos e penosos, a par de circuitos leves e menos exigentes. Aprofunda-se o total desbarato no seio dos médicos da medicina do trabalho que decidem dar “alta” a trabalhadores (que passam a ter serviços moderados), sem estarem totalmente aptos para o trabalho. Verifica-se um conjunto muito vasto de trabalhadores que não têm acesso à formação profissional. Desrespeitam-se as dinâmicas pessoais e familiares dos trabalhadores, na imposição mais ou menos disfarçada do trabalho nos 7 dias por semana/24 horas por dia. Negam-se direitos iguais entre colegas de profissão, como a atribuição ou não do descanso compensatório no trabalho em dia-feriado. Insiste-se na recolha em espaços privados, desrespeitando o próprio Regulamento Municipal que dispõe sobre esta matéria, muitas vezes com ameaças aos trabalhadores que se recusam a assumir um trabalho para todos os efeitos ilegal. E muitos mais problemas poderiam aqui ser enumerados.

Foi com esta realidade em mente, que o STML promoveu entre 23 de Fevereiro e 2 de Março uma ronda de plenários em todos os horários e em todas as instalações sob alçada da DHU. Se muitas questões já eram conhecidas, porque se arrastam há bastante tempo, outros problemas surgiram e outros até se agravaram nos últimos meses. Da parte do STML, pela voz dos seus Dirigentes e Delegados sindicais, foi reforçada a ideia de que só com a organização e força dos trabalhadores, será possível obter as respostas que justamente exigimos ao actual Executivo presidido por Carlos Moedas.

Pre vemos para a última semana de Março, como acordado com todos os trabalhadores que participaram nos plenários realizados pelo STML, em repetir uma nova ronda de reuniões descentralizadas por todos os locais de trabalho.

## **STML reúne com a Direcção Municipal da Higiene Urbana (DMHU)**

Dando continuidade à discussão sobre os conteúdos do *Caderno Reivindicativo* do sector, o STML reuniu com a DMHU a 10 de Março. Dos assuntos debatidos, sintetizamos algumas das questões levantadas, fazendo nota das respostas, ou da sua ausência, por parte da DMHU.

### **Instalações e condições de trabalho**

Referiram os responsáveis da DMHU que têm procurado melhorar as condições das instalações, reconhecendo, porém, que há ainda muito a fazer e que em algumas das situações a dificuldade está na falta de resposta por parte da Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC). O STML informou que reuniu recentemente com a DMMC e que a percepção obtida foi de uma evidente insuficiência em termos de verbas disponíveis, face às necessidades de intervenção identificadas. Contudo, sublinhou-se taxativamente que o Sindicato e os trabalhadores não deixaram de reivindicar as melhorias das suas condições de trabalho.

Abordaram-se os problemas concretos a nível das instalações/ locais de trabalho, como no COR, NOR, UHU dos Olivais, Telheiras, Boavista, Restelo, Filipe da Mata, Valssassina, além dos vazadores distribuídos pela cidade. Por outro lado, também se falou:



- **dos Bares/espacos de tomas de refeições nas instalações** – Face ao abaixo-assinado entregue pelo STML a 9 de Fevereiro, o sindicato foi informado pela DMRH que os espaços em questão irão reabrir progressivamente consoante as possibilidades.
- **dos problemas com as caldeiras** – Face aos crónicos problemas que afectam estes equipamentos, a DMHU constatou que várias caldeiras estão em fim de vida. Neste sentido, afirmam que irão proceder à sua substituição de forma faseada, começando pelas mais antigas e já ineficientes.
- **das viaturas de remoção** – o STML chamou a atenção de algumas viaturas não terem força para levantar caixotes com peso elevado, além da ausência de palas na zona da adufa. A DMHU afirmou que quando uma viatura não conseguir elevar caixotes pesados, os trabalhadores não devem auxiliar o levantamento e devem reportar estas anomalias à respectiva chefia.
- **e de outros problemas** – Perante os vários casos concretos colocados pelo STML, afirmou a DMHU que irá procurar uma solução para o problema de pulgas (viatura do circuito 515), além de estudar uma solução mais adequada e menos penosa na remoção associado ao circuito das Escadinhas do Monte (circuito 305).

### **Formação Profissional**

A CML informou que continua a ministrar a formação sobre riscos e prevenção a todos os novos trabalhadores, estando neste momento cinco acções de reciclagem em desenvolvimento. O STML alertou que por vezes estão a ser impostos a trabalhadores sem formação, a realização de tarefas com máquinas. Motivo pelo qual a formação com máquinas e ferramentas deve ser alargada ao máximo de trabalhadores possíveis. Por outro lado, também defendeu o Sindicato que deve ser dada a oportunidade a mais trabalhadores, que assim o desejem, obterem a autocondução nas UHU.

### **Realização de trabalho suplementar [extraordinário] pelos trabalhadores com serviços moderados**

O STML reafirmou que o trabalho suplementar deve ser distribuído equitativamente por todos os trabalhadores. A DMHU

afirmou que tem neste momento 30% dos trabalhadores com ITP, tendo que gerir o trabalho suplementar conforme a previsão de horas. Neste sentido, terá que avaliar as situações dos trabalhadores com serviços moderados caso-a-caso.

### **Dispensa para dar sangue**

A DMRH confirmou que se mantém em vigor o despacho que concede dispensa no dia em que um trabalhador vá dar sangue (o dia todo).

### **Descanso compensatório de trabalho ao feriado**

O STML reafirmou a urgência em nivelar pela positiva os direitos dos trabalhadores da higiene urbana, atribuindo aos trabalhadores do período diurno os mesmos direitos dos trabalhadores do período nocturno.

### **Proposta de mapa de trabalho aos feriados/2023**

O STML lembrou que é fundamental a CML/DMHU definir o que são os serviços “essenciais”, considerando que o nível de trabalho nestes dias (feriados) **não pode ser igual aos dias normais de trabalho**. Alertou que não aceitará que seja considerado dia normal de trabalho no 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador e nos dias-feriados que coincidam com o descanso obrigatório dos trabalhadores (domingo). Neste sentido, fará chegar em tempo oportuno à DMHU a sua posição formal sobre a proposta enviada para este ano.

### **Folgas e Férias acumuladas**

O STML alertou para o número de folgas e férias acumuladas por necessidade de serviço de vários trabalhadores. Perante esta realidade, defendeu que deve ser dada a possibilidade do seu gozo aos trabalhadores. A DMHU referiu que tem orientações para que sejam gozados os dias em causa dentro das possibilidades. O STML afirmou taxativamente que os trabalhadores não podem ficar prejudicados pelo não gozo de folgas e férias acumuladas por razões alheias à sua vontade.



# Da falta de condições nos quartéis do RSB aos desafios que se colocam aos bombeiros

**Muito são os problemas que afectam os bombeiros profissionais do RSB que o STML tem feito chegar aos responsáveis municipais ou a níveis mais altos, como os que dizem respeito ao Governo e à Secretaria do Estado da Protecção Civil em particular.**

Na esfera interna da CML, damos nota das reuniões de 27 de Janeiro, com o Vereador que tutela o RSB, e de 7 de Março com a Direcção Municipal de Conservação e Manutenção (DMMC). Muitos dos problemas para os quais exigimos respostas e soluções, prendem-se com as más condições dos quartéis do Regimento. Realidade há muitos anos descurada pela autarquia e que tem suscitado um enorme desagrado no seio dos bombeiros.

Sobre este tema, afirmámos em Janeiro ao Vereador Ângelo Pereira que muitos dos quartéis do RSB apresentam condições extraordinariamente precárias e degradantes, ao ponto de não estarem reunidas, nem garantidas, as devidas condições de segurança, habitabilidade e bem-estar para os bombeiros, tendo o STML entregue várias fotografias ilustrativas da degradação da maioria dos quartéis do RSB.

Em Março, voltámos a insistir, sublinhando que existe uma quantidade significativa de graves problemas que se verificam e arrastam no RSB há anos, nomeadamente ao nível da manutenção e conservação dos quartéis, bem como das suas condições de habitabilidade, conforto e treino. A maioria das instalações do Regimento apresentam graus de degradação muito acentuados, colocando em causa, simultaneamente, a segurança e o bem-estar de quem diariamente neles presta serviço, criando uma grande falta de condições de trabalho dos bombeiros. Mais uma vez, entregou-se aos responsáveis municipais imagens e uma lista detalhada de necessidades urgentes que carecem de rápida

intervenção. A DMMC assumiu na reunião com o STML que serão investidos 450 mil euros em obras de carácter mais urgente.

Também nesta reunião de Março, foi possível abordar casos concretos, como a cozinha do Quartel de Alvalade ou do Quartel da Defensores de Chaves.

Se os assuntos relacionados com a manutenção e conservação do edificado municipal tem justificado várias iniciativas do Sindicato junto dos órgãos políticos e hierárquicos do município, procurando criar condições para uma mais célere resolução dos problemas identificados, outras matérias também têm sido alvo de atenção. Neste sentido, com a CML continua-se a debater as matérias implícitas à recruta, aos concursos de promoção, aos equipamentos de protecção individual, medicina do trabalho e alterações à organização do trabalho, muitas vezes irreflectidas, colocando em causa por esse motivo a eficiência do socorro que se presta em determinadas zonas da cidade de Lisboa. Para fins de Março, prevê-se que alguns destes temas sejam novamente debatidos, desta vez com os responsáveis da Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH).

Por último, de forma a dar continuidade ao discutido em Novembro do ano passado, o STML já fez chegar ao Governo, na pessoa da Secretária do Estado da Protecção Civil, um novo pedido de reunião onde se procurará debater o estatuto da Carreira de Bombeiro Profissional da Administração Local. Um processo ao qual **todos** devemos prestar muita atenção.

Considerando os tempos difíceis que vivemos, marcado por retrocessos a vários níveis que influem negativamente a vida de quem trabalha, também os sapadores bombeiros deverão estar atentos e, com o seu Sindicato de sempre, o STML, organizar forças e vontades para defender os seus direitos e expectativas de um futuro e uma vida dignos!





# STML reúne com a DMAEVE e a Chefe da Divisão da Casa dos Animais de Lisboa (CAL)

**Face aos problemas que afectam os trabalhadores da Casa dos Animais de Lisboa (CAL), o STML reuniu com a Direcção da CAL a 23 de Janeiro. Dos assuntos abordados, sintetizamos o seguinte:**

## **Acesso à cozinha existente**

A cozinha, que tem todas as condições para a melhor conservação e confecção de refeições, assim como para a limpeza da loiça utilizada, encontra-se actualmente fechada a cadeado por decisão dos encarregados. O STML reivindicou que a mesma seja reaberta, mesmo que para tal sejam definidas regras de utilização e limpeza, cabendo aos trabalhadores respeitá-las integralmente. A Direcção da CAL propôs que, depois de consultado o número de trabalhadores que pretendem utilizar a cozinha e de uma avaliação por parte do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS), pudesse ser a cozinha reaberta por um período experimental.

## **Falta de pessoal**

O STML referiu que a falta de pessoal implica um acréscimo de trabalho para os trabalhadores existentes e uma rotatividade mais densa pelos turnos, questionando quais as expectativas de abertura de um novo concurso de admissão. A Direcção da CAL assumiu a falta de pessoal e, para além da necessidade de admissões que a DMAEVE tem, envidará esforços com a DMRH para a abertura de concurso ainda em 2023. O STML alertou que deve existir uma justa distribuição dos serviços atribuídos, que a rotatividade dos trabalhadores pelos turnos deveria ser realizada com maior distância entre as trocas. A Direcção da CAL irá estudar a viabilidade de a rotação entre turnos passar a ser de 15 em 15 dias (exceptuando o turno das 00h-08h) e, perante o alerta do STML, verificar se o serviço que passou a ser realizado

no turno da noite está desproporcionado para apenas dois (2) trabalhadores.

## **Balneários**

O STML denunciou as condições dos balneários (masculinos e femininos). Apresentam cronicamente um mau cheiro por estarem localizados junto da zona de estadia dos animais; estão sobrelotados por haver um número insuficiente de WC's; estão degradados pela humidade e com janelas cujo sistema de abertura e fecho está avariado; têm deficientes condições de climatização e de abastecimento de água quente; acresce a recente falta de papel nos WC's. Neste sentido, questionou o que a CML equaciona fazer para efectivamente melhorar as condições destes espaços. A Direcção da CAL informou que estão previstas obras na zona dos balneários que, embora não tenham uma nova localização, esperam debelar os problemas existentes. Está ainda a estudar a substituição da caldeira existente por uma solução mais eficiente (até do ponto de vista energético). Quanto à falta de papel nos WC's, a mesma deveu-se a uma falha no fornecimento por parte da empresa contratada, mas que está (de momento) regularizada.

## **Equipamentos de Protecção Individual (EPI)**

O STML chamou a atenção para a necessidade de serem distribuídos EPI's em número suficiente e de qualidade. Referiu ainda a não existência de fatos e ferramentas adequadas para lidar com animais perigosos; a não distribuição de máscaras com filtros e protecção bioquímica, máscaras estas que, para além de minimizar odores, são a melhor protecção para quem trabalha com matéria orgânica em estado de decomposição. A Direcção da CAL comprometeu-se a solicitar ajuda ao DSHS no sentido de encontrar as melhores soluções para as referidas carências.



# STML e STAL reúnem com Vice-Presidente da CML sobre a Jornada Mundial da Juventude

**A 24 de Fevereiro, STML e o STAL reuniram com o Vice-presidente da autarquia. Esta reunião, convocada pela CML, procurou abordar em exclusivo a realização de 1 e 6 de Agosto da Jornada Mundial da Juventude que, como é do conhecimento público, contará com a presença do Papa.**


O Vice-presidente fez uma apresentação do evento referindo as várias necessidades que lhe estão implícitas, principalmente devido ao elevado número de visitantes (estão previstos entre um e um milhão e meio de pessoas), que se concentrarão na cidade, não só na semana referida, mas também nas semanas anterior e posterior.

Sendo a CML responsável pelos serviços essenciais de higiene urbana, estrutura verde, socorro, protecção civil e segurança, o Vice-presidente apelou à compreensão dos trabalhadores das áreas operacionais destes sectores, mas não só, para evitarem marcar as suas férias no período de 24 de Julho a 8 de Agosto, disponibilizando ainda a autarquia as Unidades de Educação do Município, para os filhos menores dos trabalhadores. Foi referido também que nestas áreas operacionais o recurso ao trabalho suplementar, sempre que se torne indispensável, pode excepcionalmente ultrapassar o limite remuneratório mensal.

O STML, compreendendo a complexidade de um acontecimento desta dimensão, lembrou ao Vice-presidente que é necessário bom senso na transmissão destas orientações por parte das chefias. Por outro lado, o Sindicato entende que é possível o cumprimento dos serviços enunciados respeitando o número de trabalhadores (20%) que podem marcar férias em simultâneo, matéria que está expressa na legislação e no ACEP celebrado entre o STML e a CML.

O Sindicato frisou também, que os trabalhadores cujas férias são planificadas e marcadas plurianualmente, e outros que aceitem prescindir daquelas semanas, tenham direito a gozar nas semanas anteriores ou imediatamente a seguir, superando os limites legais. Se não houver possibilidade de gozo das respectivas férias, a CML poderá ponderar o respectivo pagamento.

O Vice-presidente afirmou ter registado as sugestões apresentadas na reunião, ficando de enviar posteriormente uma deliberação sobre esta matéria para pronúncia dos sindicatos. No momento em que escrevemos este artigo, o Gabinete Jurídico do STML prepara-se para concluir a posição do Sindicato sobre esta matéria, prevendo o seu envio formal à CML até 21 de Março.



# STML reúne com a Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC)

**Considerando os inúmeros problemas que o STML tem vindo a denunciar nos últimos anos sobre a ausência de manutenção e conservação dos edifícios e instalações onde se encontram os mais variados serviços, matéria indissociável da degradação que se tem vindo a assistir no plano das condições de trabalho que afecta naturalmente os profissionais do município, teve lugar a 7 de Março uma reunião com os responsáveis hierárquicos da DMMC. Também presentes nesta reunião, a Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e o Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS).**

Como documento-base de preparação para esta reunião, o STML elaborou uma lista detalhada de locais de trabalho onde urge intervir que fez chegar previamente aos responsáveis da DMMC. Problemas identificados no sector da higiene urbana, aos espaços verdes e cemitérios, passando pelas oficinas do DRMM ou pelos quartéis do RSB. Acrescentou-se ao longo da reunião, as realidades da Brigada de Colectores e de outros edifícios municipais, como o localizado na Rua Alexandre Herculano.

Naturalmente, as situações elencadas apresentam níveis distintos de complexidade, que podem implicar intervenções de natureza distinta. Neste sentido, podemos estar perante um local de trabalho que carece de uma simples manutenção (pintar paredes, substituir torneiras, etc.); o caso onde se exige uma intervenção correctiva (alargar espaços de balneários ou vestiários, substituir caldeiras, etc.), ou os exemplos só passíveis de resolução através de uma obra estrutural ou mesmo através da construção de um edifício de raiz.

Conhecendo esta realidade, nem que seja pela documentação e comunicação enviada ou divulgada ao longo do tempo pelo STML, apontaram-se vários constrangimentos de ordem financeira e operacional da parte da DMMC, que impedem, segundo os seus responsáveis, uma resposta adequada aos inúmeros e complexos problemas que afetam os edifícios e instalações onde estão sediados os serviços públicos municipais e, naturalmente, os trabalhadores que os corporizam.

Contudo, afirmou a DMMC que das prioridades identificadas, têm já uma empreitada na ordem dos 450 mil euros para intervenções nos quartéis do RSB. Também no campo da renovação dos sistemas de climatização, prevêem gastar mais 450 mil euros. Referiram ainda, o encerramento do Gabinete de Estudos Orlisiponenses (GEO) no final deste ano para proceder à reabilitação do Palácio do Beau-Séjour. Também os problemas identificados e denunciados pelos trabalhadores do edifício da Rua Alexandre Herculano, através de um abaixo-assinado entregue ao Executivo municipal, estão sob análise. Para a restante realidade do municí-

pio, analisam caso a caso, avaliando os custos e a pertinência das intervenções necessárias.

Tendo como base o orçamento anual comunicado ao STML pela DMMC, que ronda os 260 milhões de euros, quase 1/5 do orçamento da CML, apesar de uma parte substancial estar adstrito a outras realidades e, como tal, inacessíveis aos responsáveis desta Direcção Municipal, como as verbas destinadas à Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), percebemos que o problema que tem marcado os trabalhadores do município de Lisboa no campo da degradação das suas condições de trabalho, resulta em primeiro lugar de uma falta de vontade do poder político em assumir como prioritário o investimento público que se exige, em muitos casos a título urgente.

As verbas disponíveis e referidas pela DMMC para as áreas de actividade do município consideradas prioritárias, seja o RSB, a Higiene Urbana ou outros, revelam acima de tudo um cariz insuficiente e muito aquém do que é necessário e, como referido, urgente, tratando-se, em algumas situações, de problemas que se arrastam há vários anos.

O STML sublinha uma vez mais que a manutenção e conservação do edificado municipal onde estão instalados serviços e trabalhadores, não pode ser uma matéria de importância secundária para os responsáveis máximos da CML. Não se compreende e muito menos se aceita, que os trabalhadores tenham que desempenhar as suas funções com frio ou calor extremos, conforme a estação do ano; não tenham ventilação e iluminação adequadas; não tenham equipamentos de ar-condicionado, ou se os têm, estão inoperacionais ou sem manutenção; não tenham água quente para a sua higiene diária depois de um dia intenso de trabalho (o eterno problema das caldeiras); não tenham o espaço necessário, quer em termos do seu local físico de trabalho, quer em termos de balneários e/ou vestiários; não tenham espaço digno e funcional destinado para as suas refeições (refeitórios e/ou copas); entre muitos outros. Não desvalorizamos o problema apontado em inúmeros locais de trabalho sobre as acessibilidades, nomeadamente dos elevadores que avariam recorrentemente, ausência de pavimentação, ou a existência de barreiras para as pessoas com mobilidade específica.

Relembrou-se por último, a importância do reforço de pessoal em inúmeros sectores do município, de natureza operacional e não só, que obriga a CML a prover condições de trabalho e instalações dignas aos novos trabalhadores que vão sendo contratados. Porém, se as actuais condições de trabalho e respectivas instalações são precárias e exíguas, como pode a CML garantir estas premissas sem rever as suas opções políticas no campo do investimento público?

As três empresas municipais que o STML acompanha, a ritmos e com dinâmicas muito distintos, são na cidade de Lisboa a EGEAC, a GEBALIS e a SRU. O MARL, não sendo uma empresa municipal e estando inclusive fora das fronteiras do concelho de Lisboa, é também uma outra realidade laboral que o STML acompanha.

Nos três primeiros casos, a responsabilidade da tutela, a Câmara Municipal, é total. A autarquia de Lisboa é a única acionista das três empresas referidas. No caso do MARL, a realidade é bem mais complexa, envolvendo no limite, entre outras estruturas intermédias, o Ministério das Finanças, ou seja, o Estado central.

Justifica-se, portanto, que nos casos da EGEAC, da GEBALIS e da SRU, para além das interações formais e institucionais, ou mais informais, com as respectivas administrações, também se questione o Presidente da CML sobre os problemas que afectam os trabalhadores das empresas municipais. Assim foi feito quando o STML interveio na Reunião Pública de Câmara de Julho de 2022, e assim será equacionado nos casos onde o “diálogo social” é difícil ou mesmo inexistente, nas palavras sempre valorizadas pelo Vice-Presidente da CML no campo do relacionamento com as estruturas representativas dos trabalhadores, neste caso em particular, o STML.

Caberá, contudo, aos trabalhadores avaliar com o seu sindicato as melhores formas de organização e reivindicação propositando obter respostas aos seus problemas e expectativas colectivos. Como não nos cansamos de afirmar, o Sindicato é o que os trabalhadores estiverem disponíveis para construir, sabendo que a capacidade do STML de intervir e resolver seja que problema for, depende em grande medida do envolvimento e responsabilização dos próprios trabalhadores nesse processo.

Em termos mais abstratos, relembramos que a missão do STML divide-se por três eixos principais: REPRESENTAR os interesses dos trabalhadores, DEFENDER os seus direitos e expectativas e ORGANIZAR os trabalhadores colectivamente em torno das suas reivindicações comuns. É com estas premissas que continuaremos a trabalhar.



Considerando que há mais de três anos o sindicato aguarda pelo agendamento de uma primeira reunião de negociação sobre a proposta de Acordo de Empresa (AE) com a administração da SRU, independentemente da sua composição a título individual, facto ao qual acresce as palavras de boas intenções proferidas pelo actual Presidente da CML sobre a realidade dos trabalhadores das empresas municipais da cidade, que não passaram disso mesmo, o STML avaliará com os trabalhadores, em plenário a realizar no mais curto espaço de tempo, os caminhos que podem ser assumidos visando obter respostas às suas expectativas. É pertinente relembrar que a SRU tem agregado um número maior de competências e responsabilidades perante a cidade de Lisboa, que em grande medida justificou também o alargamento do seu ‘quadro’ de profissionais. Num contexto de maior complexidade, as disparidades e desigualdades ganham também uma maior dimensão. A regulação das relações de trabalho, a uniformização de regras e procedimentos, direitos e deveres, possibilidades e garantias, só são possíveis com a celebração de um AE. É com esta ideia em mente, que o STML não baixará os braços no propósito com o qual se comprometeu com os trabalhadores da SRU. Demore o tempo que demorar.



Desde o início do ano que o STML aguarda pelo agendamento de uma reunião com a administração do MARL procurando dar continuidade ao processo negocial iniciado no final de 2021 visando a celebração de um AE. Na reunião de Outubro do ano passado, ficou assumido o compromisso do Conselho de Administração em retomar este processo logo no início de 2023, algo que infelizmente não se veio a verificar. Contudo, prevê-se para 18 de Abril a reunião com a administração, ficando o Sindicato de preparar logo a seguir um plenário com os trabalhadores da empresa para avaliar e actualizar a situação na empresa em termos laborais e os problemas com que são confrontados. Cabe-rá aos trabalhadores, na sua interacção com o Sindicato, avaliar também quais os melhores caminhos à defesa dos seus direitos e expectativas.



Durante as últimas semanas, o STML tem vindo a realizar plenários em todos os locais de trabalho da EGEAC visando consensualizar com os trabalhadores a proposta a apresentar à administração de aumentos salariais para 2023.

Para além da necessidade do aumento dos salários, as reivindicações dos trabalhadores da empresa prendem-se com vários aspectos relacionados com as condições de trabalho, entre os quais a implementação de escalas de trabalho que impeçam jornadas de trabalho com mais do que 35 horas semanais. Neste ponto, o STML conseguiu chegar a acordo com a EGEAC para que o Acordo de Empresa (AE) fosse respeitado em relação às escalas a partir de Janeiro de 2023. Apesar deste acordo, os trabalhadores do Castelo de São Jorge, continuam expostos a uma sobrecarga e intensidade de trabalho que não permite a recuperação física e psíquica perante as condições a que passaram a estar sujeitos, reivindicando a implementação da escala anterior e a redução do número de visitas guiadas por dia.

Outro assunto que tem vindo a levantar grande discussão, são as discrepâncias na retribuição perante trabalhadores com as mesmas categorias profissionais. Ou seja, a alteração da política de contratação posterior a 2009, originou grandes discrepâncias na retribuição entre pessoas que exercem as mesmas funções.

Ainda em relação às categorias profissionais, os assistentes de bilheteira têm vindo a apresentar ao Sindicato algumas questões que se prendem com a necessidade de realização de funções da categoria técnica. Neste ponto, o STML ficou de analisar e expôr esta situação à administração, para garantir o cumprimento das funções nas categorias profissionais que constam no AE. Outros pontos assinalados foram a necessidade de actualização do subsídio de refeição e ajudas de custo, para fazer face ao aumento generalizado dos preços.

Concluindo os plenários, o STML irá solicitar com a máxima urgência uma reunião ao Conselho de Administração da EGEAC.



Gebalis

O Conselho de Administração (CA) da Gebalis comprometeu-se, em Abril do ano passado, a apresentar uma proposta de reorganização orgânica da empresa, à qual associou uma revisão da tabela salarial. Matéria que obrigou a uma negociação do Acordo de Empresa (AE), celebrado com o STML e STAL em 2017.

A proposta do CA, segundo foi assumido na altura, compensaria o aumento salarial de 2022 (muito residual e decidido unilateralmente pelos administradores) e a inexistência de qualquer mexida nos ordenados em 2021. Ambas as decisões recorde-se, foram fortemente criticadas pelos trabalhadores – elas ignoraram o AE em vigor, em termos de negociação salarial anual, e não tiveram em conta a subida brutal da inflação. A necessidade de valorizar os trabalhadores da GEBALIS, considerados dos mais mal pagos no Sector Empresarial Local de Lisboa, foi várias vezes reconhecida pela Administração. O processo negocial, esse, apenas teve início em Outubro de 2022. Durante as diversas reuniões, debateram-se os conteúdos do AE, bem como os vários regulamentos. Houve consenso com o CA em diversas matérias. Nomeadamente em relação à valorização remuneratória dos trabalhadores – com efeitos desde Janeiro deste ano. Está em causa um aumento de 52€ para todos os níveis. Concordou-se ainda com a anulação dos níveis mais baixos da tabela nas diferentes carreiras e com a antecipação, em três anos, com a subida de um nível, da progressão na carreira para todos os profissionais.

Na opinião do STML e STAL, um dos aspectos negativos da revisão do AE prende-se com a integração de quotas na avaliação de desempenho dos trabalhadores. Trata-se unicamente de um instrumento adicional que visa limitar a progressão na carreira. As quotas, sublinhe-se, só foram incluídas no Acordo por terem o aval, expresso em plenário, da maioria dos trabalhadores. Um reparo, também, para a pouca flexibilidade demonstrada pelo CA ao impor um prazo muito curto para a conclusão do processo negocial, o que impediu um debate mais aprofundado com os trabalhadores sobre algumas matérias. Apesar do calendário apertado, o STML e STAL assinaram, a 29 de Dezembro, a revisão do AE da GEBALIS.

A empresa procedeu, entretanto, à mudança da sua sede. Desde 2005, ela esteve localizada no Bairro Alfredo Bensaúde. O STML, recorde-se, já tinha alertando ao longo dos anos, para a falta de condições de trabalho que se verificava nas antigas instalações. As queixas apresentadas pelos cerca de 100 trabalhadores eram mais do que muitas. O nosso Sindicato fez mesmo diversas visitas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho. Delas resultaram inúmeros alertas, escritos e verbais, às diversas administrações. Foi preciso passar 18 anos para que eles fossem ouvidos. Iremos agendar, proximamente, uma visita à nova sede da empresa para verificar as condições de trabalho aí existentes.

Independentemente dos desafios que os tempos actuais nos colocam, o STML continuará a trabalhar com seriedade, honestidade e responsabilidade para defender, efectivamente e sem demagogias ou falsas promessas, os direitos, as expectativas e os interesses dos trabalhadores da GEBALIS.



## BENFICA

A 15 de Fevereiro teve lugar uma reunião com o Executivo, representado pelo seu Presidente Ricardo Marques. Dos assuntos debatidos, avançou-se na negociação sobre a celebração de um novo **Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP)**. Ficou assumido o consenso na atribuição de mais 3 dias de férias via avaliação positiva (SIADAP), esperando nas próximas semanas celebrar um novo ACEP, garantindo por esta via melhores condições de trabalho e mais direitos para os trabalhadores desta freguesia. Sobre os **concursos externos de admissão de pessoal**, face ao enorme problema da precariedade que nesta Junta se faz sentir, o Executivo referiu que do universo de trabalhadores com vínculos precários da Junta de Benfica (mais de 200...), cerca de 80 reúnem as condições para integrar o mapa de pessoal, através da celebração de um *CTFP por tempo indeterminado*. Neste sentido, neste 1º semestre irão abrir um concurso para admissão na carreira de assistente operacional, que poderá resolver uma parte deste problema, afirmando que até ao fim do mandato esperam solucionar as restantes situações. A Junta afirmou ainda que face à carência de trabalhadores no sector da higiene urbana, tem recorrido ao IEFP e ao Protocolo d' Companheiro. Para o STML, também estes trabalhadores, no essencial em situação de precariedade laboral, devem ser considerados a integrar o mapa de pessoal da Junta. No plano das **instalações e condições de trabalho**, foram concluídas em 2022 as obras de melhoramento do PL Silva Porto. Contudo, durante os últimos meses, muitos foram os problemas com humidade e ventilação que geraram um grande descontentamento no seio dos trabalhadores. O Executivo referiu já ter identificado os problemas, cabendo ao empregador contratado proceder às devidas correcções, sublinhando que estas intervenções serão ao abrigo da garantia da obra.

Face aos **atrasos na entrega de peças de fardamento e EPI**, referiu a Junta que estes problemas estão a ser solucionados faseadamente, estando a entregar peças à medida que vão sendo recebidas pelo fornecedor. O STML lembrou a importância em respeitar os prazos de garantia de todos os itens dos EPIs, além da importância de envolver cantoneiros nos processos prévios de teste. Por outro lado, considerando que há mais de dois anos os trabalhadores não têm consultas da **Medicina do Trabalho**, o STML lembrou a importância de retomar e normalizar estas práticas, essenciais no campo da prevenção para a saúde dos trabalhadores. O Executivo afirmou que espera reiniciar brevemente estas práticas.

## ALVALADE

A 27 de Fevereiro teve lugar a reunião com o Executivo desta Junta, representado pelo seu Presidente José Lopes. Dos assuntos debatidos, abordou-se o **pagamento do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP) no período de férias, além dos retroactivos de 2021 e 2022**. Relembramos que na última reunião com o STML, ficou o Executivo de fazer a cabimentação das

verbas no Orçamento para 2023 que suportasse o pagamento do SIP no período de férias. Contudo, nesta última reunião, sustentado num parecer jurídico, afirma o Executivo que este pagamento é ilegal. O STML discordou naturalmente desta opinião, contrapondo a realidade de outras freguesias e da CML que já procedem ao pagamento do SIP nos termos reivindicados. Neste sentido, o Sindicato enviou ao Presidente da Junta toda a documentação que suporta este assunto, que será novamente debatido na próxima reunião. Sobre os problemas com a Companhia de Seguros na **reparação de acidentes de trabalho**, assumiu a Junta procurar estar mais atenta ao trabalho desenvolvido pela empresa contratada. Paralelamente, todos os trabalhadores que em algum momento se sintam prejudicados devem contactar de imediato os recursos humanos da Junta, para além do próprio Sindicato, de forma a agilizar a resolução do seu problema. Sobre a atribuição do **dia de descanso compensatório pelo trabalho ao feriado**, foi aceite pela Junta a reivindicação do STML, assumindo-se a realização de uma *adenda* ao ACEP celebrado com o STML. Sobre os dias de folgas por gozar atribuídas no tempo de trabalho na CML, o Executivo mostrou abertura para avaliar este assunto, intervindo junto da CML para que realize o pagamento devido aos trabalhadores prejudicados.

## CAMPO DE OURIQUE

A 1 de Março realizou-se uma reunião com o Executivo desta Junta, representado pelo seu Presidente Pedro Costa. Dos assuntos debatidos, realçamos o **pagamento do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP) no período de férias, além dos retroactivos de 2021 e 2022**, afirmando o Executivo que não colocará qualquer entrave às pretensões dos trabalhadores, desde que esteja enquadrada legalmente. Sobre as **novas metodologias de trabalho na Higiene Urbana**, referiu o Executivo o carácter experimental deste processo, sujeito a constantes reajustes. Neste sentido, no campo da sua eficácia, será alvo de avaliação nas próximas semanas. O Sindicato em tempo oportuno fará igual avaliação no seio dos trabalhadores da higiene urbana, através da realização de um plenário, ouvindo as suas opiniões, que fará chegar depois ao Presidente da Junta.

## ARROIOS

A 6 de Março teve lugar uma reunião com o Executivo, representado pela sua Presidente Madalena Natividade. Dos assuntos debatidos, destacamos o **gozo do descanso compensatório (folga)**, tendo proposto o Sindicato que seja definido um prazo razoável ao seu usufruto pelos trabalhadores que apresentam folgas acumuladas. O Executivo ficou de avaliar a proposta do STML. Sobre a **majoração dos dias de férias ao abrigo do ACEP**, o STML voltou a questionar a aplicação da majoração dos 3 dias de férias previstos. Sobre o **pagamento dos suplementos permanentes no período de férias (SIP e nocturno)**, o Executivo afirmou

desconhecer o enquadramento legal que suporta esta pretensão, ficando o Sindicato de enviar a fundamentação (entretanto enviada) que permite e justifica este pagamento. Relembrou-se ainda que esta situação já se encontra normalizada em várias autarquias da cidade. Sobre o **reforço do número de trabalhadores e resolução dos contratos de prestação de serviços (recibos-verdes)**, afirmou o Executivo que irá abrir em Março um concurso de admissão para Assistente Operacional na área da Higiene Urbana, prevendo ocupar 10 vagas. No campo da **Medicina do Trabalho**, o Executivo informou que a empresa contratada para prestar os serviços na área da medicina do trabalho irá retomar as consultas neste mês de Março, prevendo-se que sejam chamados brevemente um primeiro grupo de 50 trabalhadores. Na dimensão dos **fardamentos, máquinas e ferramentas**, foi comunicado pelos responsáveis da Junta que há *stock* de fardamentos, alertando o STML para a má qualidade dos impermeáveis. Informou igualmente que já têm contrato para a reparação e manutenção das viaturas, prevendo assim a resolução de um problema grave que tem impedido a realização de um serviço público de qualidade na área da limpeza e higiene urbana. Por último, no plano da **formação profissional (FP)**, o Sindicato salientou a importância de a Junta prover FP aos seus trabalhadores, em particular na utilização de máquinas e ferramentas.

Sobre as **instalações e condições de trabalho** e considerando que não foram realizadas as intervenções consensualizadas há um ano, o Sindicato realizou visitas aos dois Postos de Limpeza, com o objectivo de participar os problemas identificados à ACT.

## LUMIAR

A 23 de Março teve lugar uma reunião com o Executivo. No que diz respeito ao **processo de avaliação de desempenho** relativo ao biénio de 2023-2024, estão a ser ultimados os objectivos para cada uma das carreiras profissionais. A Junta deixará de usar o mecanismo do *'arrastamento da nota'*, desde sempre contestada pelos trabalhadores. No que diz respeito ao biénio de 2021-2022, todos os trabalhadores devem apresentar um pedido de ponderação curricular. Sobre a **majoração das férias** de acordo com o estipulado no ACEP celebrado com o STML, referiu o Executivo que este processo está regularizado até ao ano de 2020. Os dias de férias dos trabalhadores relativos aos anos 2021, 2022 e 2023, serão atribuídos ainda este ano, com a finalização dos respectivos processos de avaliação. Em termos da nova **instalação de Telheiras**, referiu o Executivo que a CML prevê a entrega formal deste equipamento à Junta a 2 de Maio. No âmbito da **instalação do Lumiar**, são reconhecidas as deficientes condições de trabalho. A Junta pondera avançar com o aluguer de contentores para melhorar as actuais condições. Por outro lado, tencionam iniciar a remoção da cobertura de fibrocimento. Sobre a **aquisição de equipamentos mecânicos**, o Executivo referiu a aquisição de duas novas carrinhas com báscula e uma com balde para a limpeza urbana, assim como uma varredora e um *gluton*, dotando assim de mais meios mecânicos este sector. No que diz respeito à **carência de contentores de lixo, vassouras e sacos**, observou o Executivo que se trata de uma situação pontual. À CML já foram solicitados novos contentores do lixo e a Junta irá adquirir mais vassouras e sacos. O STML propôs a aquisição de carrinhos do lixo mais leves e eficazes, referindo ainda a **falta de botas de protecção na higiene urbana**. Da parte do Executivo, alegou-se desconhecer este problema, sublinhando que irão tratar de o resolver. O STML apresentou ainda a reivindicação dos encarregados operacionais (EO) e encarregado-geral operacional (EGO) sobre a **actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP)** para o ní-

vel médio (4,09€). Da parte do Executivo houve abertura para aceitar esta reivindicação. Acrescentou-se também o **pagamento do SIP no período de férias**. O Executivo afirmou desconhecer o enquadramento legal que suporta esta pretensão, ficando o Sindicato de enviar a fundamentação que permite este pagamento (entretanto já enviada). Por último, considerando haver trabalhadores da higiene urbana com um número considerável de **folgas acumuladas** e defendendo o STML o direito ao seu gozo, comprometeu-se o Executivo em apresentar nos próximos dias uma proposta que permita, com equilíbrio, resolver este problema.

## CONTACTOS COM OS TRABALHADORES...

A 10 de Março, o STML realizou um plenário com os trabalhadores da Higiene Urbana da **Junta da Penha de França**, nas instalações situadas na Avenida General Roçadas. Registou-se uma grande participação e dos assuntos abordados, ficou patente a insatisfação com os baixos salários, carreiras, SIADAP e o aumento descontrolado do custo de vida, mostrando disponibilidade para a participação na greve da Função Pública a 17 de Março e na manifestação da CGTP-IN no dia 18 do mesmo mês. No plano interno da freguesia, perante a assumpção do Executivo no cumprimento do ACEP e, em especial, na atribuição do descanso compensatório por trabalho em dia feriado, matéria que neste momento não está a ser respeitada pela Junta, os trabalhadores mostraram a sua disponibilidade para, em conjunto com o STML, interpelarem a autarquia na forma que acharem mais eficaz à resolução deste problema.

Nos dias 7 e 8 de Fevereiro, tiveram lugar 4 plenários com os trabalhadores da **Junta de São Vicente**, afectos à Higiene Urbana, Espaços Verdes e Espaço Público. No âmbito desta freguesia, entre os temas debatidos, salienta-se a precariedade que atinge níveis alarmantes. Na Higiene Urbana, dos actuais 25 trabalhadores, 20 encontram-se com contratos de prestação de serviços (recibos-verdes). Nas outras duas brigadas, dos 10 elementos, 5 estão em situação precária. Estes trabalhadores são essenciais para o serviço público, sendo portanto urgente a abertura de concursos de admissão que regularizem os vínculos laborais destes trabalhadores.

A **precariedade** é uma chaga social que afecta um grande número de trabalhadores nas Freguesias de Lisboa. Desde a descentralização de competências da CML para as Juntas de Freguesia em 2014, o problema da precariedade instalou-se como o STML várias vezes denunciou. Com o PREVPAP (2018), foi resolvido um número considerável de contratos de prestação de serviços – “falsos recibos verdes”. Porém, nos últimos anos, tem-se verificado uma vez mais o recurso abusivo de muitas juntas de freguesia a esta forma de contratação. O STML defende que a cada posto de trabalho permanente, tem que corresponder um contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Outro problema transversal a várias freguesias é a **condição degradada em que se encontram as respectivas instalações**, nomeadamente os postos das brigadas operacionais. Relembremos que as obras estruturais são da responsabilidade da CML, enquanto as de manutenção, cabem às Juntas. Todavia, o que se verifica é que nenhuma destas vertentes estão a ser tidas em conta, sendo os trabalhadores prejudicados no seu dia-a-dia. A CML promete a construção de novos postos de limpeza ou intervenções de fundo que nunca mais acontecem. As Juntas não procedem às manutenções devidas. O STML tem vindo a exigir o respeito pelas condições de Saúde e Segurança no Trabalho, quer perante os executivos das freguesias, quer perante a CML. E por este caminho continuaremos, envolvendo a ACT sempre que se justifique.



# FCSAP reúne com o Governo para discutir reivindicações dos trabalhadores

## Reunião sobre o sistema de avaliação e outros assuntos

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que o STML integra, reuniu a 31 de Janeiro com o Governo, por intermédio da sua Secretária de Estado da Administração Pública (SEAP), para debater o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP). O Governo apresentou as linhas gerais da revisão e da calendarização que pretende fazer, nomeadamente sobre a anualização da avaliação; a possível criação de uma nova menção, entre o adequado e o relevante; fazer refletir a avaliação dos Serviços na avaliação dos trabalhadores; avaliar as chefias e coordenações com o SIADAP 2 e dar mais ponderação às “competências”, em detrimento dos “resultados”.

Contudo, apesar das intenções demonstradas pela SEAP, **não se propõe a eliminar as quotas; não altera o número de pontos necessários para mudar de nível remuneratório ou não garante que todos os trabalhadores consigam chegar ao topo das respectivas carreiras antes da sua aposentação.**

A SEAP propôs discutir esta matéria até ao final de 2023, de forma a publicar o diploma revisto ainda este ano. Para 2024, teriam lugar as adaptações necessárias aos Sistemas de Avaliação das carreiras especiais que têm por base o SIADAP. A aplicação prática deste processo de revisão, só se vislumbrará, em teoria, em 2025, aquando do próximo ciclo avaliativo.

Por último, também nesta reunião, o Governo apresentou uma proposta e respectivo calendário para a “valorização de carreiras”, em especial através da revisão das carreiras até agora não revistas. Um processo que se prevê arrastar, segundo os próprios, até 2025. Para este ano, serão revistas carreiras de seis áreas, não garantindo que se reponha a diferença relativa que existia entre carreiras especiais e as carreiras gerais.

## A FCSAP acrescentou outras questões à discussão, tais como:

1. A necessidade de garantir o cumprimento da lei na Carreira de Assistente Operacional (AO), assegurando que a primeira posição da categoria de Encarregado Operacional é superior à última posição da categoria de AO. O Governo assumiu o compromisso de responder ao ofício sobre esta matéria enviado pela FCSAP.
2. A necessidade de corrigir a não aplicação da valorização salarial a trabalhadores que estejam colocados em posições intermédias, em carreiras especiais revistas (como a de Fiscalização), não revistas ou subsistentes, que tinham relação

de proporcionalidade com carreiras gerais. A maioria destes trabalhadores apenas tiveram 52€ de actualização. Perante a falta de resposta do Governo, a FCSAP continuará a exigir a valorização de todos os trabalhadores colocados em posições intermédias.

O que realça desta reunião é a manifesta insuficiência, em toda a linha, das propostas apresentadas pelo Governo.

## Reunião sobre assuntos vários

A 17 de Fevereiro, teve lugar nova reunião, onde se procurou discutir um conjunto de diplomas, entre os quais a formação dos quadros dirigentes na Administração Pública (AP); regulamentação de quotas para atletas olímpicos, paralímpicos e de alto rendimento, e a actualização do preço das refeições nos refeitórios dos Serviços Sociais da AP.

O Governo rejeitou assim discutir soluções para os problemas centrais dos trabalhadores! A FCSAP voltou a exigir ao Governo a necessidade de aumentos salariais imediatos. A SEAP assumiu não ter qualquer iniciativa prevista para alterar esta realidade. Quanto às matérias constantes da ordem de trabalhos, não se opondo à aplicação do decreto-lei que assegura mais direitos a candidatos que tenham sido atletas olímpicos, paralímpicos ou de alto rendimento, a FCSAP levantou reservas quanto à tentativa de limitação de acesso de trabalhadores com contrato individual de trabalho ao curso de formação inicial de dirigentes e rejeitou qualquer aumento do preço das refeições nos refeitórios dos Serviços Sociais. Ficou evidente nesta reunião, que **a valorização dos trabalhadores não é uma prioridade do Governo.**

## Reunião técnica sobre a revisão do sistema de avaliação de desempenho

A 28 de Fevereiro, teve lugar a primeira das reuniões técnicas no âmbito do processo de revisão do SIADAP. Prevê-se que se realizem mais três reuniões durante os meses de Março, Abril e Maio. Nesta primeira reunião, uma vez mais, não foram apresentadas propostas concretas limitando-se o Governo a fazer apreciações genéricas sobre o sistema de avaliação. O que aparentemente se constrói é um simulacro negocial para que tudo fique na mesma. Contudo, apenas uma certeza: a FCSAP continuará a bater-se pela revogação do SIADAP, substituindo-o por um sistema de avaliação justo, sem quotas e que valorize os trabalhadores.





## **A 9 de Fevereiro, os trabalhadores saíram à rua no Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta**

“Isto não pode continuar, empobrecer a trabalhar!” Esta frase ecoou um pouco por todo o país na voz de milhares de trabalhadores que saíram à rua para alimentar as inúmeras iniciativas de protesto promovidas pela CGTP-IN, denominadas simbolicamente por Praças da Indignação. A motivação não é desconhecida, na verdade é bem mais do que isso, é sentida no dia-a-dia por cada trabalhador que vê aumentar o fosso entre o seu baixo salário e os preços dos bens e serviços essenciais.

Recordemos que antecedendo à actual “espiral inflacionista” que hoje conhecemos, a desculpa para a manutenção dos baixos salários, numa tendência já antiga, foi justificada pela pandemia, depois pela guerra e amanhã por outro argumento falacioso seguramente.

Não esqueçamos que ao longo de todo este percurso, os mesmos que aumentam hoje drasticamente os preços são os mesmos que usufruem há largos anos e de forma regular de ajudas financeiras provenientes do Estado. Por isso a afirmação da CGTP-IN de que existe dinheiro no nosso país, não está é a ser direcionado para onde devia.

A luta irá continuar pelo aumento dos salários em 10% e não inferior a 100€ para todos os trabalhadores. Também pela valorização das carreiras e profissões, a fixação, com referência a Janeiro de 2023, de 850€ para o Salário Mínimo Nacional; a erradicação da precariedade; a revogação das normas gravosas da legislação laboral; o aumento de todas as pensões e reformas, que reponha o poder de compra e assegure a sua valorização; ou o reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado, além do direito à habitação.

A resposta a todos estes problemas só é possível pela luta organizada dos trabalhadores, como se verificou a 9 de Fevereiro através de greves, paralisações e concentrações em várias localidades do país.

## **8 de Março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora**

Integrada na semana da igualdade promovida pela CGTP-IN, o STML realizou no dia 8 de Março na Sala Bernardo Sasseti do Teatro Municipal São Luíz, uma iniciativa que procurou relembrar e valorizar a luta das mulheres pela sua emancipação e pela igualdade na vida como no trabalho. Nesta iniciativa, a convite do STML, participaram a CGTP-IN, a União dos Sindicatos de Lisboa e o Movimento Democrático das Mulheres (DMD). No plano lúdico, Paulo Leitão deliciou as presentes com as músicas e as letras que marcaram múltiplas gerações, melodias e conteúdos que ainda hoje não perderam a sua actualidade.

Várias dezenas de trabalhadoras provenientes da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou empresas municipais de Lisboa, marcaram presença relembrando as dificuldades que sentem diariamente nos seus respectivos locais de trabalho. Pelos testemunhos verbalizados neste dia, percebemos que muito há ainda por alcançar no campo da igualdade, do respeito pelos direitos consagrados na legislação, mas desrespeitados no dia-a-dia, ou da ausência de respostas aos problemas concretos das mulheres trabalhadoras, muitas vezes sujeitas à dupla e tripla jornada de trabalho. Não esqueçamos que no município de Lisboa, as mulheres são discriminadas nos seus direitos, como no impedimento de usufruir as horas para amamentação que a lei determina.

O que as mulheres trabalhadoras exigem são melhores salários e a erradicação de todas as formas de violência a que são sujeitas. Exige-se igualmente melhores funções sociais do Estado, principalmente no campo da educação, da saúde e da habitação. Foram estas reivindicações que no período da tarde, foram erguidas na rua, na manifestação convocada pela União dos Sindicatos de Lisboa que teve lugar da Maternidade Alfredo da Costa ao Ministério do Trabalho, iniciativa em que participou a Secretária-Geral da CGTP-IN.



## O patamar da luta elevou-se bem alto a 17 e 18 de Março!



**A luta cresceu em determinação, volume e força nos 17 e 18 de Março! Foram dois dias de luta plenos de significado. A greve da função pública convocada pela Frente Comum no dia 17 teve adesões muito fortes de norte a sul do país, não sendo exceção a cidade de Lisboa, sabendo que na realidade que o STML acompanha, podemos ir muito mais longe.**

Em termos mais amplos, os trabalhadores do sector público expressaram o seu desagrado face a um Governo que se recusa a responder às suas reivindicações, indissociável de serviços públicos de qualidade que respondam às verdadeiras necessidades da população. Neste campo de exigências, destaca-se naturalmente o aumento geral dos salários, como uma emergência nacional!

**O STML não deixa de saudar os trabalhadores do município de Lisboa que aderiram à greve, sejam da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou empresas municipais.**

No dia seguinte, a 18 de Março, Lisboa encheu-se de milhares de trabalhadores provenientes dos quatro cantos do país! Com concentrações do sector público nas Amoreiras e do sector privado no Saldanha, convergiram depois para a Avenida da Liberdade, chegando aos Restauradores onde tiveram oportunidade de ouvir, nas palavras da Secretária-geral da CGTP-IN, a justeza da luta e a certeza que a mesma irá continuar!

O sentimento e o nível de participação nesta grandiosa jornada de luta nacional demonstra sem margem para qualquer dúvida, o mal-estar existente no mundo do trabalho, resultado exclusivo das opções políticas assumidas pelo Governo PS de Costa e Medina.

Os interesses económicos das grandes empresas sobrepõem-se às necessidades de todos aqueles que, cada vez com maior dificuldade, fazem do parco salário das tripas coração, de modo a poder esticá-lo pelos trinta dias de cada mês.

Continuamos a assistir à degradação dos serviços públicos, com a desculpa esfarrapada e requentada das “contas certas”,

tendo como exemplos bem evidentes o actual estado de coisas no Serviço Nacional de Saúde ou da Escola Pública, mas não só. Neste contexto, percebe-se facilmente que os trabalhadores se sintam revoltados, desmotivados e desrespeitados.

Com números de inflação a tocar o absurdo, o actual Governo repete nada poder fazer em relação ao salário dos trabalhadores, quando o mesmo não se coíbe de **não** taxar os lucros exorbitantes dos grandes económico-financeiros.

Exigir um aumento salarial intermédio e imediato dos trabalhadores da função pública em 10% com um mínimo de 100€, revela inteira justiça e é perfeitamente exequível. Não podemos esquecer que os trabalhadores perdem poder de compra há mais de uma década – menos 12,2% entre 2011 e 2021 e de 5,7% entre 2021 e 2022 – graças a uma política assente em baixos salários e desqualificação profissional.

O paradoxo é o governo continuar a dizer que “*a economia está bem*”, quando os cidadãos empobrecem devido aos preços dos bens indispensáveis à sua vida, para não falar das rendas ou das taxas aplicadas aos empréstimos para a habitação, que vão tornar insuportável a vida de muitas famílias.

Exigir a correção da tabela salarial (TRU) dos trabalhadores da função pública, é outra situação imperiosa que ao longo dos tempos os trabalhadores e os Sindicatos da CGTP-IN, entre eles o STML reivindicam para acabar com a injustiça, repondo as diferenças relativas entre as carreiras e valorizando de forma séria a antiguidade na administração pública. Urge a regulamentação das profissões de desgaste rápido ou a revogação do sistema de avaliação (SIADAP), ou ainda a lei que nega as indemnizações aos trabalhadores acidentados, entre muitas outras matérias.

Razões mais do que suficientes para afirmar que a luta irá continuar!

## Um ano de governo PS: a maioria absoluta do nosso descontentamento

Descartando-se de compromissos à esquerda do hemiciclo, o PS de António Costa mostrou ao longo do último ano a sua verdadeira natureza. Não só assumiu de peito-feito a política de direita que é parte essencial da sua matriz como, quase sempre, deu nota de um desgaste aflitivo que, ao invés de permitir dar respostas consequentes ao país e ao povo num cenário de grande instabilidade internacional, agrava velhos e novos problemas a um ritmo cada vez mais insustentável.

A conclusão é aferida num artigo publicado não num jornal partidário de esquerda, nem sequer num cada vez mais raro meio de comunicação social que prime pela seriedade e pelo pluralismo, mas sim na revista da DECO, a Proteste: não há justificação para o aumento de preços. Em causa está um estudo comparativo desenvolvido por esse organismo baseado num cabaz de bens essenciais.

Há um ano, na véspera do início da escalada da guerra na Ucrânia, ou seja, a 24 de Fevereiro, a DECO identificou um conjunto de 63 produtos alimentares essenciais com o custo de 183,63€. Um ano depois, esses mesmos produtos alimentares custam, hoje, 228,66€, ou seja, um aumento de mais de 45€, verificando-se que produtos como a polpa de tomate ou o arroz carolino subiram acima de 75% (!). Perante este cenário, a DECO sublinha que há uma tremenda “falta de transparência na actuação das empresas de distribuição sobre os preços praticados nos supermercados”, concluindo que é inaceitável que “o Governo” não adopte urgentemente “um papel mais activo no acompanhamento da evolução dos preços da alimentação, seja em termos legislativos, seja através da ASAE.”

A este exemplo de inoperância do poder político face à escalada injustificável das subidas dos preços de bens essenciais poderíamos juntar as telecomunicações, os combustíveis e a energia, a habitação e as taxas de juro dos empréstimos bancários, os transportes, etc. A expensas de engordar empresas de distribuição, as energéticas, os bancos e os especuladores imobiliários, a generalidade dos trabalhadores e do povo empobrece de dia para dia, com o salário e a pensão de reforma a ficarem cada vez mais curtos para despesas cada vez maiores.

Perante um cenário de esbulho a quem trabalha, o governo de maioria absoluta do PS avança com meros paliativos para entreter os incautos, sendo absolutamente conivente com os mais de 3 mil milhões de receitas no último ano das três principais operadoras de telecomunicações em Portugal – e, atente-se, este valor é conseguido ainda antes dos novos aumentos – ou com o “super ano dos bancos” (a expressão é do canal de televisão CNN Portugal), com 2,5 mil milhões de euros em lucros (Santander e Novobanco a bater recordes e o banco público, a CGD, perto disso).

Ao fechar os olhos a esta realidade, o actual governo e a maioria parlamentar que o suporta é conivente com a especulação dos preços em curso. O que se exige é a defesa e protecção das famílias face ao aumento geral dos preços e a não complacência com a obscenidade dos lucros e das receitas do capital.

Se é urgente o combate à especulação e à subida dos preços, com o controlo e a fixação do valor de produtos essenciais à cabeça, a espiral inflacionista em que se vive torna inadiável o aumento dos salários e das pensões de reforma. A recusa de qualquer medida de aumento dos salários e das pensões significará, num outro formato, o regresso dos cortes consumados durante os anos de chumbo da troika, desta feita com a perda real de poder de compra (receituário uma vez mais usado por Bruxelas).

A degradação das condições de vida da generalidade da população não pode ser uma inevitabilidade. O governo do PS não se pode escudar em factores externos ou simplesmente cruzar os braços à sombra da maioria absoluta. Exige-se acção sobre um estado insustentável de coisas, uma postura diferente e a real defesa dos interesses do país, dos trabalhadores e do povo.

MANIFESTAÇÃO nacional  
**28 mar**  
**JOVENS trabalhadores**

PORTO | 15H  
V.N. Gaia | EL Corte Inglés  
LISBOA | 15H  
Rossio

**28 de Março, é dia de luta para os jovens trabalhadores!**

Logos of STML and CGTP are visible in the bottom right of the poster.

**Se trabalhamos e garantimos exportações de mais de 78 mil milhões de euros e fazemos o PIB crescer 6,8%, como é que há sempre mês a mais para o meu salário?**

Tem de haver uma mais justa distribuição da riqueza! Basta de empobrecer a trabalhar! Aumento de 10% para todos os trabalhadores, num mínimo de 100€; Salário mínimo nacional em 850€ no imediato. É tempo de lutar! No dia 28 de Março serão os jovens trabalhadores em força, exigindo condições para trabalhar e viver aqui, valorizados e com estabilidade.

### **Precariedade é para acabar!**

76% do emprego criado é precário e mais de metade dos jovens até aos 25 anos tem um vínculo precário. A precariedade não é inevitável! Se somos precisos todos os dias, se o que fazemos é essencial, então temos de ter um vínculo efectivo! O governo do PS poderia consagrar na lei que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo efectivo e limitar as justificações dos contratos a prazo, mas escolhe criar mecanismos que perpetuam a precariedade. Com horários desregulados vivemos para trabalhar, o que é inaceitável.

### **Basta de empobrecer a trabalhar!**

1 em cada 4 jovens recebe o salário mínimo nacional e mais de metade recebe menos de 1.000€. Os bens essenciais estão cada vez mais caros e os preços da habitação, seja arrendada, seja comprada, estão proibitivos! Saímos de casa cada vez mais tarde, em média com 33 anos. Como é que é suposto conseguir a emancipação com salários de miséria? Com este salário e estas rendas, vamos viver onde? Somos nós que produzimos os lucros da Galp 1.104 milhões €, ou da Sonae (9 meses 2022) 210 milhões €, do Santander 606,7 milhões € ou da EDP (9 meses 2022) 518 milhões €.

Trabalhamos e produzimos a riqueza, mas todos os meses falta dinheiro para a alimentação, passear, aquecer a casa, sair de casa dos pais, poupar, sair à noite.

**Dia 28 de Março, às 15h00 estaremos no Rossio.**

**O STML colocou pré-aviso de greve das 13h00 às 21h00 para todos os jovens trabalhadores até 35 anos de idade, inclusive.**



# Comemoramos o 49º Aniversário da Revolução de Abril!

Em Abril comemoramos os 49 anos da Revolução e lutamos pelo projecto de sociedade que na madrugada do 25 de Abril de 1974 começou a ser construído! Entramos em Abril e ergue-se com a força de todos as comemorações do 49º aniversário da Revolução de 1974. Não podemos nem devemos esquecer que hoje, apesar de todas as vicissitudes, desenganos e frustrações, estamos aqui no Portugal de Abril em Liberdade e Democracia, com a certeza de que nos podemos manifestar, opinar sem o medo de sermos presos, torturados eventualmente condenados a uma morte certa sem apelo nem agravo.

Quem se recorda de como se vivia em 24 de Abril de 1974, e assiste quase 49 anos depois a uma degradação generalizada dos Serviços Públicos, como são os casos mais mediáticos da Escola Pública, do Serviço Nacional de Saúde, da Justiça, tantas vezes critica e questiona a sua relevância, esquecendo que se na realidade os mesmos existem, ainda que com manifestas dificuldades, é ao 25 de Abril de 1974 que os mesmos se devem.

Somos muitas vezes tentados a carpir mágoas de expectativas defraudadas, que o tempo, o esquecimento ou mesmo a ignorância, fazem prevalecer no nosso pensar, ignorando as opções políticas tomadas que sobejamente vão enviezando e distorcendo o espírito e os propósitos subjacentes a essa data. Foram e são as nossas escolhas, que determinam e condicionam os avanços e os retrocessos com que hoje somos confrontados.

O 25 de Abril é também por isso um sinal claro, que só com o sacrifício do “Eu” em prol do “Nós”, se podem gerar conquistas e mudanças civilizacionais, como aquelas que foram geradas no nosso país em 49 anos. Tempo vai, em que a saúde era só para alguns, que a escola era para muito poucos, que a justiça era

de quem dominava e oprimia. Há 49 anos, tirando as grandes cidades, não havia água canalizada, rede de esgotos, electricidade, telefones. As vias de comunicação eram más, seis horas de Lisboa ao Algarve, outro tanto até ao Porto, para não falar de deslocações para o interior e norte do país em que por vezes um dia era demasiado curto.

Também já lá vai o tempo, em que a luta por melhores salários e condições de trabalho com alguma dignidade era sujeita a cargas policiais com prisões indiscriminadas. O delito de opinião, sujeito aos mais violentos constrangimentos e limitações.

Quase meio século transcorrido desde esse momento, afirmar o 25 de Abril é um acto de permanente justiça e de clara afirmação de que queremos prosseguir um caminho de progresso e de justiça social, que muitos pretendem ver diminuídos em nome da ditadura do pensamento único geralmente alicerçado na liberdade total de um mercado sempre selvagem que, dia após dia, nos consome e nos faz regredir.

Evocarmos o 25 de Abril e aqueles que se sacrificaram por eles e por todos nós, é o mínimo que podemos fazer, defendendo as suas conquistas e reafirmando o Portugal livre e democrático que naquela madrugada começou a ser construído. Um processo inacabado e por isso mantendo a sua actualidade e pertinência. É um dia de comemoração, mas também de luta, por uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida. No dia 25 de Abril, lá estaremos no Marquês de Pombal enchendo a Avenida com o nome que a Revolução conquistou.

**25 de Abril, SEMPRE!  
Fascismo nunca mais!**